

Auditoria Compartilha - Edição nº 006/2020

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Junho

NORMATIVOS INTERNOS

Portarias

FERRAMENTAS G SUITE FOR EDUCATION- PROEN

[Portaria nº 1516, de 09 de Junho de 2020](#)

Autorizar o curso Ferramentas G Suite for Education, PROEN

REPROGRAMAÇÃO DE FÉRIAS DOCENTE, DISCENTES E SERVIDORES LIGADOS AO ENSINO

[Portaria nº 1519, de 09 de Junho de 2020](#)

Autorizar a reprogramação de férias docentes, discentes e de servidores administrativos ligados diretamente às atividades de ensino de todos os campi

NOVO COORDENADOR DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE - AUDINT.

[Portaria nº 1545, de 12 de Junho de 2020](#)

Designar o servidor ocupante do cargo de Auditor, pertencente ao quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Coordenador de Execução das Ações de Controle - CAE/AUDINT, código FG-04, Reitoria.

NOVO PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DO IFS

[Portaria nº 1553, de 16 de Junho de 2020](#)

Nomear, a partir de 16/06/2020, o servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Pró-Reitor de Administração do IFS, código CD-02.

EXTINÇÃO DE SETORES – REITORIA

[Portaria nº 1573, de 17 de Junho de 2020](#)

Extinguir Assessoria Institucional,

CRIAÇÃO DE SETORES – REITORIA

[Portaria nº 1598, de 17 de Junho de 2020](#)

Cria setores subordinados a PROAD.

ALTERA SUBORDINAÇÃO DE SETOR – REITORIA

[Portaria nº 1599, de 22 de Junho de 2020](#)

Alterar a subordinação da Coordenadoria de Contratos e Convênios - até então ligada ao Departamento de Licitações e Contratos para a Diretoria de Licitações e Contratos - COCC/DLC/PROAD/Reitoria/IFS.

ALTERA SUBORDINAÇÃO DE SETOR – REITORIA

[Portaria nº 1600, de 22 de Junho de 2020](#)

Alterar subordinação hierárquica da Assessoria de Planejamento Orçamentário da PRODIN para PROAD

NOVA CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS – DEL/DLC

[Portaria nº 1601, de 22 de Junho de 2020](#)

Designa servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe da Divisão de Serviços – DEL/DLC, código FG-01.

NOVA CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAIS – DEL/DLC

[Portaria nº 1602, de 22 de Junho de 2020](#)

Designa servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe da Divisão de Materiais – DEL/DLC, código FG-01

NOVO DIRETOR DE LICITAÇÕES E

Assessoria Especial do Gabinete e a Coordenadoria de Documentação – Reitoria

PROJETOS DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

[Portaria nº 1576, de 17 de Junho de 2020](#)

Prorrogar o prazo de execução dos projetos de pesquisa, extensão e inovação, aprovados em editais PROPEX e DINOVE e uso do Auxílio Financeiro.

NOVA PROCURADORA EDUCACIONAL INSTITUCIONAL

[Portaria nº 1580, de 19 de Junho de 2020](#)

Designar a servidora para a função de Procuradora Educacional Institucional - PEI, código FG-01, Reitoria.

EXTINÇÃO DE SETORES – REITORIA

[Portaria nº 1597, de 22 de Junho de 2020](#)

Extingue setores da PROAD e o DELC.

CONTRATOS - PROAD

[Portaria nº 1603, de 22 de Junho de 2020](#)

Nomear servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Diretor de Licitação e Contratos, código CD-03.

NOVA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DLC

[Portaria nº 1604, de 22 de Junho de 2020](#)

Nomear servidora do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de chefe do Departamento de Licitações - DLC, código CD-04.

NOVO PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFS

[Portaria nº 1638, de 30 de Junho de 2020](#)

Nomear, a partir de 30/06/2020, o servidor do quadro de pessoal permanente desta Instituição Federal de Ensino, para a função de Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do IFS, código CD-02.

Conselho Superior

AUXILIO EMERGENCIAL PRAAE

[Resolução nº 024/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento da concessão dos auxílios e das bolsas de assistência estudantil em caráter emergencial do IFS.

REFORMULAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATIVIDADES DOCENTES – RAD

[Resolução nº 025/2020/CS/IFS](#)

Referenda a resolução nº 06/2020/CS/IFS que aprovou, ad referendum, a reformulação do Regulamento de Atividades Docentes - RAD do IFS.

REGULAMENTO DOS COLEGIADOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

[Resolução nº 026/2020/CS/IFS](#)

Aprova a reformulação do Regulamento dos Colegiados dos Cursos de Graduação no âmbito do Instituto Federal de Sergipe.

CONCESSÃO DE BOLSAS DE PESQUISA, EXTENSÃO, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E INTERCÂMBIO

[Resolução nº 027/2020/CS/IFS](#)

Aprova, ad referendum, o Regulamento de Concessão de Bolsas de Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio, no âmbito do IFS.

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CAMPUS POÇO REDONDO

[PORTARIA Nº 541, DE 15 DE JUNHO DE 2020](#)

Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Poço Redondo

NORMATIVOS EXTERNOS

TRANSFORMAGOV.

[DECRETO Nº 10.382, DE 28 DE MAIO DE](#)

REABILITAÇÃO DO LICITANTE.

2020.

Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#), que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE para o Ministério da Economia.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020.](#)

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

[INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 1, DE 27 DE MAIO DE 2020.](#)

Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

GOVERNANÇA.

[PORTARIA MEC Nº 503, DE 28 DE MAIO DE 2020.](#)

Institui a Política de Governança do Ministério da Educação – MEC e dá outras providências.

GESTÃO PATRIMONIAL

[PORTARIA ME Nº 232, DE 2 DE JUNHO DE 2020.](#)

Institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, e dá outras providências.

PROGRAMA DE GESTÃO

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 44, DE 10 DE JUNHO DE 2020.](#)

Altera a Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018, que estabelece orientação, critérios e procedimentos

[PORTARIA CGU Nº 1.214, DE 8 DE JUNHO DE 2020.](#)

Regulamenta os requisitos e o procedimento de reabilitação de que tratam o inciso IV e o § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito da Controladoria-Geral da União.

GESTÃO DE ACERVO NORMATIVO.

[PORTARIA SG/PR Nº 48, DE 12 DE JUNHO DE 2020.](#)

Institui o Projeto CodeX com o objetivo de modernizar a divulgação, a gestão e a curadoria do acervo da legislação e dos atos normativos federais.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

[PORTARIA SOF/ME Nº 13.973, DE 10 DE JUNHO DE 2020.](#)

Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos para aplicação no âmbito da União.

GSISTE.

[PORTARIA MJSP Nº 300, DE 8 DE JUNHO DE 2020.](#)

Dispõe sobre as atividades críticas do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA, define os critérios de distribuição e concessão das respectivas Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, e dá outras providências.

CORREIÇÃO.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU Nº 15, DE 8 DE JUNHO DE 2020.](#)

Altera a A Instrução Normativa nº 13, de 8 de agosto de 2019.

CONCURSO PÚBLICO.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA ME Nº 46, DE 19 DE JUNHO DE 2020.](#)

Altera a Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

ANÁLISE PARAMÉTRICA.

[PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 13.395, DE 5 DE JUNHO DE 2020.](#)

gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, relativos à implementação de Programa de Gestão, de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Estabelece regras e critérios para a análise paramétrica de orçamentos de obras e serviços de engenharia para as transferências de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, com valores totais de repasse inferiores a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

CORONAVÍRUS (COVID-19)

[LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020.](#)

Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), e dá outras providências.

[PORTARIA MS Nº 1.565, DE 18 DE JUNHO DE 2020.](#)

Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

[RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2 DE JUNHO DE 2020.](#)

Institui Grupo de Trabalho para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo federal em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, no âmbito do Comitê de Crise da covid-19.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SOF/ME Nº 41, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

Dispõe sobre orientações técnicas para a identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, e de seus efeitos sociais e econômicos, de que trata o Decreto nº 10.360, de 21 de maio de 2020.

NOTAS TÉCNICAS

ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.

[NOTA TÉCNICA SEI No 16433/2018/MP](#)

Acumulação de pensão por morte regida pelo Regime Geral de Previdência Social com a pensão prevista no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

GSISTE.

[NOTA TÉCNICA SEI No 19616/2020/ME](#)

Efeitos da cessação da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE sobre a indenização à servidora gestante.

DESAVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

[NOTA TÉCNICA SEI No 12557/2020/ME](#)

CONTRATO TEMPORÁRIO e GEAP.

[NOTA TÉCNICA SEI No 18475/2020/ME](#)

Inclusão, na condição de beneficiários, de profissionais com Contrato Temporário da União – CTU, serem beneficiários do Plano de Saúde ofertado pela GEAP – Autogestão em Saúde. Impossibilidade.

LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO.

[NOTA TÉCNICA SEI No 21299/2020/ME](#)

Consulta feita pela Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia sobre a possibilidade de interrupção de Licença para Capacitação com data retroativa.

AJUDA DE CUSTO e DEPENDENTES.

[NOTA TÉCNICA SEI No 22017/2020/ME](#)

Pagamento de ajuda de custo a dependente que nasceu em data posterior à portaria de nomeação para cargo em comissão do servidor.

Desaverbação de Tempo de Contribuição em decorrência da Perda do Cargo.[0](#).

PERÍCIA MÉDICA.

[NOTA TÉCNICA SEI No 20712/2020/ME](#)

Consulta acerca dos procedimentos a serem adotados para a realização de perícias médicas durante a pandemia do coronavírus (COVID-19).

ORIENTAÇÕES NORMATIVAS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS e PREVISÃO CONTRATUAL.

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

PREGÃO e SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA.

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 67, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL.

[ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 68, DE 29 DE MAIO DE 2020.](#)

INFORMATIVOS

Notícias

VALORES LIMITE.

[Orientação sobre os valores limites referenciais de 2020.](#)

AUTONOMIA INSTITUCIONAL.

O amigo Marcus Braga traz em coautoria um excelente texto utilizando as tradicionais metáforas, no caso, quadrinhísticas: [A autonomia das instituições é uma questão que sempre surge nos debates da administração pública.](#)

TELETRABALHO.

[Plano de Intensificação do Teletrabalho nos Órgãos e Entidades Públicas.](#)

ICTI.

[Índice de Custo da Tecnologia da Informação \(ICTI\) – abril de 2020.](#)

TELETRABALHO.

[Teletrabalho pode chegar a 22,7% das ocupações nacionais, aponta estudo.](#)

SICONFI.

[SICONFI \(Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro\): O QUE É?](#)

GESTÃO DE DESEMPENHO e TELETRABALHO.

[Como gerir o desempenho em um “novo mundo” de teletrabalho: um playbook para integrar pessoas, estratégia e indicadores.](#)

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL.

[A importância do estudo da legislação de pessoal no levantamento de requisitos de software de folha de pagamento no serviço público brasileiro.](#)

CENTRAL DE COMPRAS.

[Abertura da Consulta Pública nº 4/2020 – Computação em nuvem e Comunicado de Intenção de Registro de Preços \(IRP\) nº 08/2020.](#)

Artigos

CORONAVÍRUS e COMPRAS PÚBLICAS.

[Inovações trazidas pela Medida Provisória 961/2020 nas licitações e nos contratos administrativos](#), [Diretrizes para o exercício do controle das contratações públicas em tempos de crise](#), [Reflexões sobre os avanços e desafios na legislação trazidos pela Covid-19](#) e [Contratações durante a calamidade pública: Afinal, qual regime jurídico aplicar e como compatibilizar esses regimes?](#)

COMPRAS PÚBLICAS e CORONAVÍRUS.

[Contratações públicas em tempos de COVID-19: visão contextualizada da Lei 13.979/2020 e das medidas provisórias correlatas, bem como análise dos prováveis impactos da pandemia do coronavírus nos contratos em execução.](#)

ACESSO À INFORMAÇÃO.

[Tirando a lei do papel: um estudo da implementação da lei de acesso à informação em entidades da Administração Pública Federal Indireta.](#)

BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS e OCDE.

[Boas práticas regulatórias: a situação do Brasil como avaliada pela OCDE.](#)

CORONAVÍRUS e COMPRAS PÚBLICAS.

[Duas margens do mesmo rio.](#)

DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA.

[DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA #2: A implantação da governança em licitações na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.](#)

SUSTENTABILIDADE.

[Indicadores de sustentabilidade: a evolução do conhecimento na área da administração pública entre 1990 e 2016.](#)

GOVERNANÇA.

[Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal.](#)

PRESTAÇÃO DE CONTAS.

[Os órgãos de controle e a prestação de contas anuais nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia como meio para melhoria do processo de ensino-aprendizagem.](#)

SUSTENTABILIDADE.

[Ações ambientais positivas e a integração de informações sustentáveis](#)

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.

[Contribuições da gestão por competências na administração pública: um estudo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da Paraíba.](#)

TESOURO GERENCIAL e ACCOUNTABILITY.

[Tesouro gerencial: contribuições para o accountability na gestão pública.](#)

COMPLIANCE e COMBATE À CORRUPÇÃO.

[O compliance no Brasil e a responsabilidade empresarial no combate à corrupção.](#)

OPERAÇÃO LAVA JATO e CONTROLE EXTERNO.

[Reflexos da operação lava jato no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa no Brasil.](#)

CORONAVÍRUS e COMPRAS PÚBLICAS.

[Pandemia e dispensa, parcelamento, compensação e suspensão da cobrança de débito resultante de multas administrativas: IN nº 43/2020.](#)

ADMINISTRAÇÃO CONSENSUAL.

[Administração consensual, accountability e transparência na administração pública brasileira.](#)

LEAN OFFICE.

[Melhoria de processo em uma unidade do DETRAN-SP: uma análise segundo os princípios do lean office.](#)

BUROCRACIA.

[Perfil e origem social da burocracia estatal.](#)

GESTÃO PÚBLICA.

[Reflexão teórica comparada sobre modelos de Gestão Pública.](#)

CONTROLE EXTERNO.

[Controle do Tribunal de Contas da União pelo Supremo Tribunal Federal: Uma análise a partir dos julgamentos de mandados de segurança.](#)

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.

[Gestão por competências no setor público: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.](#)

GESTÃO DE PESSOAS e AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.

[Avaliação de resultados de gestão de pessoas: o caso de um órgão de controle.](#)

[implementadas na administração pública federal.](#)

CONCURSO PÚBLICO.

[Profissionalização do serviço público: análise dos concursos públicos para servidores técnico-administrativos dos institutos federais.](#)

PERIÓDICOS.

[Cadernos de Finanças Públicas, v. 1 n. 01 \(2020\): Edição Especial.](#)

PERIÓDICOS.

[Revista da CGU v. 12, n. 21 \(2020\).](#)

Atos

BOLETIM DO TCU.

[Boletim de Jurisprudência nº 309.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 310.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 311.](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 312](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 313.](#)

[Boletim de Pessoal nº 79.](#)

INFORMATIVO DO STJ.

[Informativo n. 0670.](#)

[Informativo n. 0670.](#)

[Informativo n. 0671.](#)

[Informativo n. 0672.](#)

INFORMATIVO DO TCU.

[Informativo de Licitações e Contratos nº 390.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 391.](#)

[Informativo de Licitações e Contratos nº 392.](#)

CAPACITAÇÃO

| TEMÁTICA | NOME DO CURSO | CARGA HORÁRIA |
|---|--|---------------|
| Auditoria e Controle | Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia (EVG) | 40h |
| | Controle Social (EVG) | 20h |
| | Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos (EVG) | 30h |
| | Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (EVG) | 20h |
| Dados, Informação e Conhecimento | Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental (EVG) | 20h |

| | | |
|----------------------------------|--|-----|
| | Noções Gerais de Direitos Autorais (EVG) | 10h |
| Desenvolvimento Gerencial | Gestão Pessoal – Base da Liderança (EVG) | 50h |
| Educação e Docência | Desenho Instrucional (EVG) | 30h |
| | Formação de facilitadores de aprendizagem (EVG) | 40h |
| | Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line (EVG) | 20h |
| | Um Por Todos e Todos por Um - Pela Ética e Cidadania (EVG) | 40h |
| Ética e Cidadania | Ética e Serviço Público (EVG) | 20h |
| | Introdução à Libras (EVG) | 60h |
| Gestão de Pessoas | e-Social para Órgãos Públicos – RPPS (EVG) | 20h |
| | A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência (EVG) | 30h |
| | Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira (EVG) | 20h |
| | Provas no Processo Administrativo Disciplinar (EVG) | 20h |
| | SIAPE Cadastro (EVG) | 40h |
| | SIAPE Folha (EVG) | 40h |
| | Preparação para Aposentadoria – Caminhos | 40h |
| | Introdução ao Sistema SIGEPE – AFD (EVG) | 40h |
| | FUNPRESP – A Previdência Complementar do Servidor Público Federal (EVG) | 40h |
| | Preparação para Aposentadoria – Caminhos (EVG) | 40h |
| | Desenvolvimento de equipes (ILB) | 10h |
| Gestão Estratégica | Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos (EVG) | 20h |
| | Introdução à Gestão de Processos (EVG) | 20h |
| | Introdução à Gestão de Projetos (EVG) | 20h |
| | Planejamento Estratégico para Organizações Públicas (EVG) | 40h |
| | Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 (EVG) | 20h |

| | | |
|--|---|------------|
| Governança e Gestão de Riscos | <u>Gestão de Riscos no Setor Público (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Gestão em Ouvidoria (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Tratamento de Denúncias em Ouvidoria (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Mapeamento de Processos de Trabalho com BPMN e Bizagi (ISC-TCU)</u> | 12h |
| Governo Digital e Transparência | <u>Defesa do Usuário e Simplificação (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Sistema Eletrônico de Informações – SEI! USAR (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Governo Aberto (EVG)</u> | 40h |
| | <u>Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais (EVG)</u> | 10h |
| | <u>Acesso à Informação (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Elaboração de Dados de Planos Abertos (EVG)</u> | 20h |
| Inovação | <u>Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público (EVG)</u> | 10h |
| | <u>Ações Inovadoras da CGU (EVG)</u> | 20h |
| Logística e Compras Públicas | <u>Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus (EVG)</u> | 60h |
| | <u>Formação de Pregoeiros (EVG)</u> | 20h |
| | <u>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (EVG)</u> | 40h |
| | <u>Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços (EVG)</u> | 30h |
| | <u>Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos (EVG)</u> | 30h |
| | <u>Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) (EVG)</u> | 30h |
| | <u>Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público (ILB)</u> | 35h |
| | <u>Contratações Públicas (ILB)</u> | 60h |
| Orçamento e Finanças | <u>Básico em Orçamento Público (EVG)</u> | 30h |
| | | |

| | | |
|---------------------------------|---|------------|
| | Introdução ao Orçamento Público (EVG) | 40h |
| | Principais Aspectos das Mudanças da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (EVG) | 30h |
| | Educação Fiscal - Orçamento e Coesão Social (EVG) | 40h |
| Tecnologia da Informação | eMAG Conteudista (EVG) | 20h |
| | eMAG Desenvolvedor (EVG) | 30h |
| | Introdução à Interoperabilidade (EVG) | 20h |

JULGADOS

GOVERNANÇA E CONTROLES

GESTÃO DE RISCOS.

ACÓRDÃO Nº 1413/2020 – TCU – Plenário.

9.1. determinar (...), com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 180 dias, adote as seguintes providências: (...)

9.1.3. inclua a gestão de risco no Plano de Desenvolvimento Institucional (planejamento estratégico), em atendimento ao disposto nos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, alínea "a", da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016;

9.1.4. elabore o documento Mapa de Riscos, em conformidade com os arts. 16, incisos IV e V, 18 e 20 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016;

9.1.5. implante o Comitê de Governança e Gestão de Riscos, consoante o art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016;

9.1.6. defina a política de gestão de riscos e implemente plano de capacitação dos gestores e servidores, mormente para as áreas de aquisições universitárias, em atenção aos arts. 17, 25 e 30 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016;

CORONAVÍRUS, MOTIVAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, GESTÃO DE RISCOS e LINDB.

ACÓRDÃO Nº 1493/2020 – TCU – Plenário.

9.3. recomendar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU, c/c art. 11 da Resolução-TCU 315, de 2020, que:

9.3.1. em atenção ao art. 2º, inciso VII, c/c art. 50 da Lei 9.784/1999, arts. 20, 21 e 22 da Lei 13.655/2018 – Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (Lindb) e art. 3º da MP 966/2020, ex vi do art. 37, caput, da Constituição Federal, as motivações dos atos e das decisões relacionados às ações de combate à pandemia de Covid-19 sejam expressamente registradas, podendo-se adotar o registro em bloco, quando possível, na forma do art. 50, § 2º da Lei 9.784/1999;

9.3.2. observando os preceitos dispostos na IN Conjunta MP/CGU 1, de 10/5/2016, no art. 2º, inciso IV, art. 4º, inciso VI, art. 5º, inciso III e art. 17 do Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Circular nº 3.678/2013 do Banco Central do Brasil, institua processo de gestão de risco específico às ações relacionadas ao programa Covid-19, de modo que sejam aprofundadas as etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, bem como da clara definição do nível de aceitabilidade de riscos, contribuindo para que os riscos assumidos sejam mitigados ao longo do tempo de acordo com a evolução do nível de aceitabilidade de risco em cada uma das ações formuladas ou

executadas;

9.3.3. utilizando o plano de gestão de riscos, estabeleça monitoramento da evolução da pandemia e de seus efeitos sobre as políticas públicas cuja a formulação ou execução estejam a cargo do BNDES, de modo que sejam ajustadas e direcionadas ao público mais impactado, de forma a minimizar as consequências da crise e a ampliar o benefício dos recursos públicos empregados, mitigando os riscos avaliados como aceitáveis, em um primeiro momento, a exemplo do risco de concessão do benefício a empresas não impactadas pela pandemia;

CORONAVÍRUS, MOTIVAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS e SISTEMAS ESTRUTURADORES.

[ACÓRDÃO Nº 1557/2020 – TCU – Plenário.](#)

9.2. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do RI/TCU, c/c art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que oriente os demais órgãos da administração federal, dentro de suas competências como órgão de administração orçamentária, financeiro e tributária, no sentido de que todas as medidas adotadas, em linha com as regras estabelecidas pela Emenda Constitucional 106/2020, devem ser devidamente acompanhadas de justificativa de que a despesa ou a renúncia tributária possua relação com a Covid-19 ou suas consequências econômicas e sociais, bem como que seja demonstrada a incompatibilidade do regime regular com a urgência da medida;

Fontes:

[IFS](#)

[Ementário de Gestão Pública - EGP](#)

[Escola Virtual Gov - EVG](#)

[Instituto Legislativo Brasileiro - ILB](#)

Unidade de Auditoria Interna do IFS

"Aqui se faz controle preventivo!"



This email was sent to [*|EMAIL|*](#)
[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
|LIST:ADDRESSLINE|

|REWARDS|

